

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL CACS/FUNDEB. Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, utilizando o aplicativo google meet, reuniram-se de maneira virtual, visando promover a segurança de todos, além de está atendendo às recomendações de isolamento social em virtude do período de pandemia, como determina o decreto estadual. Inicialmente o presidente Francisco Helmar Matias Gomes saudou a todos agradecendo pela presença, informou que além dos conselheiros presentes também estavam participando da reunião o professor Romulo Aldo de Oliveira – assessor técnico da secretaria municipal de educação que contribuirá com o papel de secretariar as reuniões, e os membros do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Horizonte – SISPHO professora Valdenia Costa Gomes e Carlos Renato Ferreira Alves respectivamente presidente e vice presidente. Seguiu informando a pauta da reunião: apresentação de receitas e despesas referentes ao 1º quadrimestre de 2021 (janeiro a abril), inovações trazidas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), promovidas após a promulgação da lei número 14.113 de 25 de dezembro de 2020, além de promover a escuta dos conselheiros sobre a possibilidade do retorno as atividades letivas presenciais. Passou então o presidente deste conselho a apresentar o total das receitas e despesas do 1º quadrimestre, e durante este momento foram surgindo algumas indagações como a fonte de informação da planilha apresentada e destinações patronais (fundo próprio e INSS), que foram respondidas pelo presidente professor Helmar Gomes, finalizando foi facultada a palavra. Conselheiros e os representantes do sindicato perceberam que no 1º quadrimestre, de R\$ 22.994.318,12 (vinte e dois milhões, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e dezoito reais e doze centavos) representam o total de entradas e R\$ 16.053.094,91 (dezesseis milhões, cinquenta e três mil, noventa e quatro reais e noventa e um centavos) representaram as despesas realizadas com as folhas de 40% e 60% do FUNDEB. Ou seja, do valor recebido foram executados 69,81% dos recursos, restando um saldo de 30,19%, que representam R\$ 6.941.223,21 (seis milhões, novecentos e quarenta e um mil, duzentos e vinte e três reais e vinte e um centavos). Diante disso levantaram questionamentos sobre o não pagamento de direitos dos servidores como pós-graduações e avaliações de desempenho, questionou-se ainda sobre a destinação dessa reserva. A presidente do sindicato solicitou esclarecimento sobre a lotação de alguns servidores (se estavam na folha da educação ou em outra pasta, e se estão na educação onde estão), inclusive sobre o que pretendem fazer para reaver valores que foram pagos a uma servidora irregularmente. Questionaram a diferença em valores de contratos de servidores, bem como porque existem 2 (dois) servidores lotados na sala de leitura da escola municipal

Jorge Pereira da Rocha. E, por fim, desejam saber porque os servidores (Gildásio e Sandra), que encontram-se cedidos, porque causam ônus ao erário municipal. O professor Helmar Gomes ficou de averiguar os questionamentos junto a quem compete e em reunião posterior prestar tais esclarecimentos. Passou então a explicar sobre algumas mudanças no FUNDEB, explicando que ainda há muito o que ser estudado, explicado e definido por parte das autoridades a fim da implementação total da nova lei. Explicou ainda que pela nova regra 70% dos recursos serão destinados a gastos com os Profissionais da Educação. Falou que pela nova Lei, o mandato deste conselho encerra-se em 31 de dezembro de 2022, que em meados de novembro de 2022 deverá dar-se início ao processo de renovação do conselho e que a partir de então o mandato dos conselheiros eleitos será de 4 anos. Seguiu-se e passando a tratar sobre o possível retorno das atividades letivas, onde o professor Romulo Aldo, assessor técnico da secretaria de educação, apresentou a consolidação e comentou os resultados de uma pesquisa realizada junto aos familiares dos estudantes matriculados nas instituições públicas municipais de Horizonte. Em seguida os presentes expuseram suas opiniões sobre o tema, resultando que a maioria dos presentes manifestou-se pelo retorno seguro às atividades letivas, sendo que este retorno seguro está condicionado a vacinação de todos os profissionais que atuam nas instituições escolares. O Professor Helmar lembrou que a função deste conselho é fiscalizadora, não cabendo a ele deliberar sobre o assunto e sim opinar, mas que diante do momento, iria encaminhar uma Carta de Recomendação a Secretária de Educação, professora Rita de Cássia Enéas, recomendando a realização de uma pesquisa, com a mesma temática agora junto a todos os servidores da educação. Por fim, o professor Helmar informou que se faz necessário reformular o regimento deste conselho e que caberá a este conselho apreciar as contas da secretaria de educação referentes ao segundo semestre de 2020. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença e disponibilidade de todos e encerrou o encontro. Por ser verdade, essa ata segue assinada por todos os presentes a esta reunião.

Érica Moreira da Silva,
Quadrado da Silva, Francisco Roberto de Silva, Maria Orlândia
Leonor Gadelly, Donalda Bezerra de Lima e Carlos J. - 1º supl.,
Francisco Afonso Matias Sales.